

DESVENDANDO O ÍNTIMO ESPAÇO DA MODA DE NOVA FRIBURGO E REGIÃO

Aluno: Michell Douglas Alves da Costa
Orientador: Regina Célia de Mattos

Introdução

A tecnologia microeletrônica propiciou profundas transformações na produção, em sua gestão, no mercado de trabalho, nos transportes e nas comunicações. A informatização dos processos produtivos permitiu uma crescente complementaridade intersetorial, favorecendo uma crescente desconcentração produtiva e o aumento das atividades de serviços, particularmente, as práticas de terceirização. As denominadas atividades de serviços assumem importante papel econômico ao tornarem-se a maior fonte de geração de empregos e trabalho em quase todos os países, mas com proporcional crescimento de sua precarização.

Reconhecendo que a prestação de serviços a terceiros esteve sempre presente em nosso processo de crescimento econômico, [1] identificou a existência de duas modalidades de terceirização no Brasil: uma fazendo parte das mudanças nas práticas de gestão e organização do trabalho, na busca de produtividade, qualidade e competitividade e outra, na qual a terceirização tem sido determinada fundamentalmente pela redução de custos, o que tem levado à precarização do trabalho, do emprego e da qualidade do produto. Afirma, também, que o tripé custos, qualidade e produtividade é sustentáculo não só da terceirização, mas, de práticas de gestão inspiradas no toyotismo ou no chamado modelo japonês que permitem atingir os padrões de competitividade impostos pelo mercado internacional e reconhece, nos estudos analisados, uma classificação muito genérica de terceirização no Brasil, aproximando-se de um “tipo ideal” impossível de existir diante das profundas diferenças que ocorrem em nossa divisão espacial do trabalho. Com o objetivo de precisar conceitualmente o fenômeno, a autora estabelece, a partir das análises realizadas, cinco modalidades de terceirização, compreendendo esse processo em um sentido mais amplo de externalizar atividades: relação entre empresas, redes de subcontratação, subcontratação de trabalhadores autônomos e de trabalho a domicílio, nosso particular interesse.

É no início da década de 1980, quando ocorrem os primeiros movimentos, embora bastante restritos, do processo de reestruturação produtiva em nosso país, levando as empresas a adotarem novos padrões organizacionais e tecnológicos, assim como novas formas de organização social e, também, da divisão sexual do trabalho, em busca de inserção competitiva no mercado internacional. Essas transformações voltaram-se para a redução de custos (enxugamento da força de trabalho), adoção de novas práticas de organização como os Círculos de Controle de Qualidade (CCQ's) e os sistemas de produção *just-in-time* e *kanban*. Durante a segunda metade dos anos de 1980, *intensificaram-se as transformações tecnológicas, com a introdução da automação de base microeletrônica nos setores metal-mecânico, automobilístico, petroquímico e siderúrgico* [2].

A década de 1990 inicia-se com a implantação de um projeto neoliberal, que promove a abertura da economia às exportações e um programa de privatização e desregulamentação que afetaram profundamente vários segmentos de nossa indústria, ao mesmo tempo em que é intensificada a expansão de inovações técnico-organizacionais, promovendo mudanças na divisão do trabalho e nas dimensões espaciais do capital produtivo, aumentando a mobilidade territorial dos fluxos tanto do capital como do trabalho.

O objetivo dessas medidas era o de garantir a modernização das estruturas produtivas através de ganhos de produtividade, diante da intensificação da competição, e viabilizar uma integração do país à economia mundial. Entretanto, tais iniciativas de estímulo à competição (liberalização do comércio exterior), não foram acompanhadas pelas referentes à competitividade, pois ou não foram colocadas em prática ou mostram-se pouco eficientes, promovendo sérias conseqüências na indústria de transformação, assim como em outros setores produtivos.

[3] sublinham que as transformações ocorridas ocorreram ou através da introdução de importantes inovações em termos de produto, processo, organização ou gestão da produção ou de um *dawngrading* da estrutura produtiva, assim como de um mero rebaixamento de custos. Quanto a este último, distinguem três situações distintas, ainda que combinadas: o primeiro rebaixamento através da realocação da produção em busca de matérias-primas, mão-de-obra barata, encontradas ou em regiões menos desenvolvidas do país ou nas conhecidas “guerras fiscais”; um segundo rebaixamento através da externalização de partes da produção com o objetivo de repasse dos ônus e riscos a terceiros, que podem estar localizados em áreas próximas ou até em outros países e, finalmente, um rebaixamento dos custos através da degradação do trabalho, seja em termos de contratação, remuneração etc.

A descentralização produtiva vai mudar tanto a dinâmica das áreas metropolitanas que cada vez mais perdem o seu papel polarizador, seja para o capital como para o trabalho, assim como de áreas ou cidades de porte médio, que passam a se destacar como espaços atrativos, seja diante da atrativa remuneração da mão-de-obra ou do acesso a recursos naturais, financeiros ou fiscais.

Se por outro lado, a descentralização produtiva, enquanto estratégia de flexibilização da rigidez fordista, proporcionou uma crescente redução do proletariado fabril estável que se desenvolveu, embora reduzidamente, no período taylorista fordista, por outro, ocorreu um aumento dos assalariados médios e de serviços e uma grande expansão do denominado subproletariado fabril e de serviços [2]. À retração do trabalho fabril, crescem as atividades de serviços ocorrendo, entre as décadas de 1970 e 1990, um aumento de 50% de sua participação na estrutura ocupacional de nosso país, e a (re)criação de formas “arcaicas” de trabalho, lógicas organizacionais e produtivas baseadas na pequena produção, no trabalho doméstico, a domicílio, no trabalho autônomo.

Objetivos:

Temos como objetivo principal analisar se o arranjo produtivo do denominado Pólo de Moda Íntima de Nova Friburgo e Região apresenta condições para a constituição de um Arranjo Produtivo Local, pressupondo que as relações de trabalho predominantes estão apoiadas no trabalho em domicílio feminino.

Metodologia:

Ao longo da pesquisa temos encontrado dificuldades em gerar nossos dados primários. Um dos nossos objetivos secundários continua sendo gerar dados primários para balizarem as análises sobre a íntima relação que o trabalho a domicílio feminino estabelece com a organização do espaço do bairro de Olaria. Diante das dificuldades encontradas, vamos

recorrer, para subsidiarem nossas reflexões, a dados estatísticos[4], [5] e [6] para nos aproximarmos da possível trama que o trabalho a domicílio tece, intimamente, nesse espaço. Como esclarecemos, anteriormente, nossa intenção não é esgotar as possíveis correlações fornecidas a partir das pesquisas das empresas formais e informais. De acordo com [4], as micros empresas formais cresceram 55,8%, de 2.956.749 para 4.605.607, no período 1996-2002, tendo, neste último ano, uma participação de 93,6 no setor industrial, revelando uma realidade até o momento oculta ou não desejável de ser revelada. As pequenas empresas tiveram um desempenho acanhado, com uma participação sempre caudatária dos “micros” negócios, mas a sua evolução foi significativa ao longo do período analisado, 42%, disputando, com as micros empresas, 44%, o mercado de trabalho. Por outro lado, pudemos observar, no mesmo período, que os mais baixos índices totais de rendimentos e salários encontravam-se nas micros com 10,35%, seguidos das médias, 12,7% e pequenas empresas, 15,7%. Ao mesmo tempo, tivemos a oportunidade de contar, também, com a pesquisa sobre as identificadas empresas informais.

O trabalho a domicílio, forma antiga e interpretada como empecilho para a moderna produção em massa, expande-se na contemporaneidade do capitalismo, travestida de uma concepção de flexibilidade que só acentua a sua subordinação, mesmo quando presente em quadros tecnológicos avançados. A expansão dessas reconhecidas formas de trabalho informais é analisada por [4].

Essa forma de trabalho informal sempre foi majoritária em nosso país, mesmo quando o fordismo aqui se expande, cujo mercado era constituído por uma seleta parcela da população que usufruía da formalidade de suas condições, como analisam [8] e [9]. As repercussões da contemporaneidade agravam ainda mais o precário mundo do trabalho como apontam [10], [11] e [7], particularmente com a implementação de algumas estratégias de descentralização e da chamada reestruturação produtiva [12].

As transformações possibilitaram o surgimento de um novo padrão produtivo organizacional de técnicas e de gestão que permitiram o desenvolvimento de estrutura mais “flexível”, através de processos de externalização de etapas do processo produtivo e de deslocamento de unidades para espaços com vantagens locais mais “competitivas”. Por outro lado, a presença do trabalho polivalente, qualificado, multifuncional, combinado com uma estrutura produtiva mais horizontalizada, possibilitaram a quebra da rígida estrutura verticalizada taylorista/fordista, do trabalho rotinizado, massificado.

A recomposição do sistema metabólico global do capital, a expansão dos capitais produtivos e financeiros, é acompanhada por uma lógica destrutiva acelerada, isto é, desmontagem e desestruturação de áreas, regiões ou países que, subordinados, são penalizados pela desigual competição inter-capitalista que, ao mesmo tempo em que atinge profundamente as forças produtivas locais, as reorganiza precariamente em novos espaços produtivos. È um movimento integrado de mudanças técnicas e organizacionais que promovem uma re-divisão global do trabalho assim como de mercados, através do fechamento e/ou enxugamento de unidades produtivas, gerando um processo de *liofilização organizativa*, de acordo com [10].

Desse complexo processo de mudanças interessa-nos aprofundar não só aquelas referentes à organização do processo produtivo, mas, fundamentalmente, as suas repercussões no chamado “mundo do trabalho” [10], uma vez que antigas formas como o trabalho doméstico, familiar e o trabalho informal, travestidos, passam a fazer cada vez mais parte do mundo societal do capital contemporâneo. É claro que a pequena produção e a produção doméstica e familiar sempre presentes em nossa estrutura produtiva, não tiveram reconhecidos os seus importantes papéis de geradoras de trabalho e de renda em um país de desenvolvimento com profundas desigualdades como o nosso. Apesar de coadjuvante, assume hoje, a pequena empresa, o pequeno negócio, o papel de principal agente na organização de arranjos produtivos bastante

através para o capital seja como “produtor independente” seja trabalhando por conta própria, “por tarefa” ou ganhando “por peça”.

A acumulação mais “flexível” se apóia na “flexibilidade” dos processos de gestão, produtivo e mercados de trabalho, de produtos e padrões de consumo. No lugar das corporações com centenas ou milhares de operários, produzindo desde a matéria-prima até os produtos finais, ou encimesmando, verticalmente, redes burocratizadas hierarquizadas, vem ocorrendo uma deslocalização seletiva de atividades, permitindo a ampliação de processos de subcontratação e terceirização, forjando como novas antigas

formas de trabalho. Essa fase de “racionalização da produção” evidencia um “novo quadro” de estruturação do mercado de trabalho em que o declínio da parte do trabalho produtivo no emprego total criado não é contraditório com o crescimento da produção industrial total, pois a redução do emprego regular é acompanhada pelo crescente uso do trabalho em tempo parcial, temporário ou subcontratado, incrementando o chamado novo proletariado fabril e de serviços, de acordo com Antunes [10].

Concordamos também com o autor quando afirma que a contemporaneidade do mundo do trabalho contém uma múltipla e contraditória processualidade: a desproletarização do trabalho industrial particularmente nos países centrais seja em função do quadro recessivo permanente, isto é, da agudização dos antagonismos estruturais, seja decorrente do processo de automação/tecnificação que aumenta a taxa de desemprego estrutural; a forte expansão do assalariamento decorrente do crescimento do setor de serviços agora intimamente vinculado ao setor produtivo; a crescente feminização do mercado de trabalho principalmente em ocupações temporárias, de baixa remuneração e intensivos, assim como, também, substituindo o trabalho masculino nos postos de maior qualificação, porém, com remuneração diferenciada e a intensificação da subproletarização expressa nas formas de trabalho precário, parcial, temporário, subcontratado, terceirizado, freqüentemente vinculados à informalização. [7] analisa a expansão da informalização, a partir da categoria “processo de informalidade” que configura:

a redefinição das relações de produção, dos processos e das relações de trabalho, e das formas de inserção dos trabalhadores decorrentes das mudanças estruturais em andamento na economia mundial e dos processos de ajustamento estrutural que estão sendo implementados nas diversas economias nacionais.

O objetivo do uso dessa categoria analítica foi apreender as mudanças no regime de acumulação nos diferentes níveis mundial, nacional, regional e local. A aplicação desse conceito ao processo de trabalho permitiu que a autora identificasse algumas conseqüências:

- i. maiores taxas de desemprego;
 - ii. intermitência entre inatividade e participação no mercado de trabalho; novas modalidades de contrato coletivo e individual para a mão de obra assalariada;
 - iii. práticas de sub-contratação ou de terceirização realizadas por meio de contratos comerciais
- contratos não registrados – verbais acordados à margem das leis trabalhistas:iv-
- iv.Expansão de pequenos estabelecimentos sem delimitação da relação capital-trabalho;
 - v.Trabalhos por conta própria.

No bojo dessas transformações, interessa-nos, particularmente, o processo de subproletarização materializado através do trabalho doméstico, a domicílio, cada vez mais frequente nas relações de subcontratação e terceirização. A terceirização não é algo totalmente novo como afirmam alguns analistas da denominada “acumulação flexível”, entretanto, a novidade reside no fato de que hoje, essas relações geram uma forte presença de pequenas empresas e do trabalho informais que têm propiciado a configuração de espaços produtivos cuja dinâmica é regida pela atual lógica da acumulação.

Parece-nos que [13] e [14] convergem, quando analisam a contraditória estrutura do sistema metabólico do capital que propicia permanentes “crises”, isto é, (re) estruturas permanentes diante de sua natureza expansiva e destruidora próprias do seu movimento dialético. Convergem, também, para refletirmos sobre a palavra reestruturação tão utilizada na atualidade, inclusive por nós.

A palavra reestruturação, derivada da palavra estrutura, é frequentemente relacionada à noção de sistema, uma totalidade fechada constituída por um conjunto de elementos que mantém relações entre si, o que supõe ser esta totalidade, resultante da soma dessas partes. Tal perspectiva, ao separar o todo das partes, embora dele façam parte, não contempla o movimento, a totalidade porque a ação está presente em todas as partes. Para darmos conta de uma totalidade em constante movimento, a palavra reestruturação tem de traduzir, necessariamente, as noções de forma, estrutura e função que, conforme observado acima, desempenham uma dialética dinâmica: provisória, renovada, estruturante.

É nesse sentido que interpretamos a crise vivida pelo capital a partir do final dos anos de 1970. Os famosos “gargalos” vivenciados, representados, naquele momento, pelo chamado modelo fordista-keynesiano são, em sua grande maioria, interpretados por análises funcionalistas que não nos permitem perceber, conforme analisam [13] e [14], que a reprodução do sistema metabólico do capital é a sua (des)reconstrução, na medida em que as mediações de 2ª ordem, isto é, o domínio do capital sobre a reprodução da sociedade carecem, absolutamente, de controle, diante de sua natureza expansiva/estruturante/destruidora/reestruturante.

Novas formas-conteúdo são constituídas para estruturar o sistema metabólico do capital como: as novas tecnologias e formas de gestão; relações intra e inter empresas; redução da participação do Estado e profundas mudanças no mundo do trabalho com a diminuição do chamado trabalho produtivo que participa diretamente do processo de valorização do capital (sendo o proletariado industrial o seu núcleo principal) e, a concomitante intensificação do trabalho improdutivo que, para Marx, é consumido como valor de uso e não como trabalho que cria valor. É diante dessas complexas mudanças que [10] propõe uma contemporaneidade do conceito marxiano de classe trabalhadora, demonstrando sua atual forma de ser através da expressão classe-que-vive-do-trabalho que incorpora todos aqueles que trabalham, refutando, dessa maneira, a afirmação de alguns autores, do fim do trabalho como categoria central no processo de acumulação.

A pequena produção organicamente participante do processo de crescimento econômico do nosso país, nunca participou do “mundo dos direitos” nem do “bem-estar” das políticas sociais. É recente o discurso voltado para o estímulo ao “trabalho próprio”, do “trabalho sem patrão” e não é ao acaso. O nosso precário mercado de trabalho sempre abrigou as iniciativas pessoais de sobrevivência na informalidade, na ilegalidade, que, hoje, assumem gigantescas dimensões diante da generalização do trabalho parcial e do aumento das atividades de serviços, sob o manto da subcontratação e da terceirização.

Não só no Brasil, como na maior parte dos países, as micro e pequenas empresas respondem pela grande maioria das unidades produtivas criadas anualmente. De acordo com [15], há um conflito de interpretação na literatura quanto ao papel dos pequenos negócios no crescimento econômico: por um lado, representam custos excessivos para a economia como resultado de ineficientes escalas de produção, derivando baixa produtividade e baixos salários, por outro, são interpretados como agentes de mudanças de grande importância na geração de inovações.

Primeiramente, é preciso esclarecer que os critérios utilizados para a definição do tamanho de empresas são muito heterogêneos, pois traduzem as experiências e particularidades sociais de cada país, ou escala espacial das ações, neste sentido, múltiplas identificações estabelecem os limites desses recortes para que possam participar dos

benefícios e incentivos nas legislações que dispõem de tratamentos diferenciados para os diversos segmentos.

Conclusões preliminares

De acordo com [5], a partir das recomendações da 15ª Conferência de Estatísticos do Trabalho, promovida pela OIT, em janeiro de 2003, assim definiu setor informal:

- para delimitar o âmbito do setor informal, o ponto de partida é a unidade econômica – entendida como unidade de produção – e não o trabalhador individual ou a ocupação por ele exercida;
- fazem parte do setor informal as unidades econômicas não-agrícolas que produzem bens e serviços com o principal objetivo de gerar emprego e rendimento para as pessoas envolvidas, sendo excluídas aquelas unidades engajadas apenas na produção de bens ou serviços de auto-consumo;
- as unidades do setor informal caracterizam-se pela produção em pequena escala, baixo nível de organização e pela quase inexistência de separação de capital e trabalho, enquanto fatores de produção;
- embora útil para propósitos analíticos, a ausência de registros não serve de critério para a definição do informal na medida em que o substrato da informalidade se refere ao modo de organização e funcionamento da unidade econômica, e não a seu *status* legal ou às relações que mantém com as autoridades públicas. Havendo vários tipos de registro, esse critério não apresenta uma clara base conceitual; não se presta a comparações históricas e internacionais e pode levantar resistência junto aos informantes; e
- que a definição de uma unidade econômica como informal não depende do local onde é desenvolvida a atividade produtiva, da utilização de ativos fixos, da duração das atividades das empresas (permanente, sazonal ou ocasional) e do fato de tratar-se da atividade principal ou secundária do proprietário da empresa.

A partir dessas orientações, pertencem ao setor informal as unidades econômicas de propriedade de trabalhadores por conta própria e de empregadores com até cinco empregados, moradores de áreas urbanas, independente de serem atividade principal ou secundária de seus proprietários e de possuírem ou não constituição jurídica. Portanto, a amostragem contempla, apenas, as atividades urbanas e a população urbana, sendo excluídos desse conjunto a “população de rua”, as pessoas ligadas às atividades ilegais e os trabalhadores domésticos que são objeto da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). Foram excluídas, também, as atividades não-agrícolas desenvolvidas por moradores de domicílios rurais, deixando de considerar, por exemplo, a pequena produção alimentar, artesanal, de serviços ou de confecções, que se enquadram perfeitamente nas orientações conceituais.

Tabela 01- Empresas o setor informal, por número de pessoas ocupadas, segundo o tipo de empresa - Brasil 2003

Tipo de empresa	Empresas do setor informal						
	Total	Número de pessoas ocupadas					
		1	2	3	4	5	
Total	10 335 962	8 281 263	1 264 095	400 267	208 153	103 985	
Conta Própria	9 096 912	8 281 263	671 990	96 919	37 035	6 554	

Empregador 1 239 050 - 592 105 303 348 171 118 97 431
 Fonte: Elaborado a partir de: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Economia Informal Urbana 2003.

De acordo com os dados acima, do total das 10.335.962 empresas informais, 9.096.912 eram de trabalhadores por conta própria, correspondendo a 88%, enquanto os empregadores, 1.239.050, representaram 12% do total. Do total dos trabalhadores por conta própria, 8.281.263, isto é, 91%, trabalhavam sozinhos ou contavam com a ajuda de familiares ou próximos. Por sua vez, do total dos empregadores, 1.239.050, 47% trabalhavam com 2 pessoas (592.105), o número mais significativo da categoria. Não são representativas as participações de pessoas que trabalham com os trabalhadores por conta própria. A pesquisa acrescenta que as atividades econômicas com maior frequência desse tipo de empresa foram o comércio e reparação (33%), construção civil (17%) e indústria de transformação e extrativa (16%). Do total das empresas, 11,6% tinha constituição jurídica, índice menor do que o apresentado em 1997: 13%.

Tab. 02 – Pessoas ocupadas nas empresas do setor informal, por posição na ocupação, segundo os sexos. Brasil – 2003

Sexo das Pessoas	Pessoas ocupadas nas empresas do setor informal		
	Total	Posição na ocupação Conta Própria	Empregador
Total	13 860 868	9 514 629	1 448 284
Homens	8 872 377	6 210 393	1 051 937
Mulheres	4 980 645	3 303 376	396 347
Sem Declaração	7 846	860	-

Continuação

Pessoas ocupadas nas empresas do setor informal

Sexo das pessoas	Posição na ocupação			
	Empregado com carteira	Empregado sem carteira	Não remunerado	Sem declaração
Total	797 300	1 338 349	706 963	55 343
Homens	406 216	910 192	254 722	38 918
Mulheres	391 084	428 106	452 238	9 494
Sem declaração	-	51	4	6 931

Fonte: Elaborado a partir do IBGE. Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Economia Informal Urbana 2003.

A tabela acima demonstra que de todas as 13 860 868 pessoas ocupadas nas atividades do setor informal. Nas empresas informais em 2003, a participação dos que trabalham por conta própria, 9 9514 629, foi de 69%, sendo 8 872 377 de homens (64%) e 4 980 645 de mulheres (35%) e na posição de ocupação como empregador foram contabilizadas 1 448 284 pessoas, 10% do total. Os dados dos trabalhadores com carteira assinada 797 300 representam, apenas, 6% da amostra, enquanto os sem carteira assinada, 1 338 349, correspondem a 10%, representando quase o dobro dos assalariados. Os não remunerados, 5%, não são representativos no total das pessoas ocupadas, entretanto, embora o trabalho feminino compusesse, apenas 3% do total dos trabalhadores por conta própria, apresentaram o significativo índice de 64% das pessoas não remuneradas.

Os setores de atividade que apresentaram as maiores parcelas de postos de trabalho foram o comércio e reparação e as indústrias de transformação e extrativa.

Tab. 03- Empresas do setor informal por posição na ocupação e sexo dos proprietários, segundo o motivo que os levou a iniciar o negócio – Brasil 2003

Motivo para iniciar os negócios	Empresas do setor informal		
	Total	Homens	Mulheres
Total	10 336 962	6 882 766	3 453 072
Não encontrou emprego	3 216 168	2 350 631	865 416
Independência	1 702 477	1 210 725	491 739
Complementação de renda	1 820 160	716 366	1 103 794

continuação

	Empresas do setor informal					
	Posição na ocupação e sexo dos proprietários					
	Conta Própria			Empregador		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Total	9096912	5958818	3137959	1239050	923938	316112
Não encontrou emprego	3018186	2187548	830518	197982	163083	34889
Independência	1401659	986684	414961	300819	224041	76778
Complementação de renda familiar	1725102	672970	1052212	94978	43396	51582

Fonte: Elaboração a partir de: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Economia Informal Urbana 2003.

A tabela original relaciona 10 motivos que levaram os proprietários a iniciar o negócio, entretanto, consideramos os três mais significativos: não encontrou emprego, independência e complementação da renda familiar pois representam, aproximadamente, 65% do total das razões das pessoas recorrerem às atividades identificadas como informais como expediente de

sobrevivência. É bastante significativa a participação de 31% no motivo “não encontrou emprego” (3 018 186) tanto no total dos empregadores como naqueles que trabalham por conta própria, da mesma maneira ocorrendo entre as mulheres, quando 32%, tinham esse tipo de trabalho para complementação da renda familiar.

Tab. 04– Empresas do setor informal, por tipo de empresa, segundo local de funcionamento – Brasil 2003

Local de funcionamento	Empresas do setor informal		
	Total	Tipo de empresa	
		Conta própria	Empregador
Total	10 335 962	9 096 912	1 239 050
Só no domicílio	2 817 152	2 602 584	214 568
Só fora do domicílio	6 728 809	5 748 692	980 117
No domicílio e fora do domicílio	788 521	744 155	44 366

Fonte: elaboração a partir de: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Economia Informal Urbana 2003.

Em 2003, do total dos trabalhadores por conta própria e empregadores, 27% trabalhavam no domicílio, 65% realizavam suas atividades fora do domicílio enquanto que 8%, tanto no domicílio como fora dele. Os trabalhadores por conta própria têm grande peso na amostragem, 80% do total (9 096 912). Do total dos que trabalham só no domicílio, chama a atenção o índice de quase 100% da participação dos conta própria, da mesma maneira que representam 62% daqueles que trabalham somente fora do domicílio.

Como esclarecemos, anteriormente, nossa intenção não é esgotar as possíveis correlações fornecidas a partir das pesquisas das empresas formais e informais. De acordo com o [4], as micros empresas formais cresceram 55,8%, de 2.956.749 para 4.605.607, no período 1996-2002, tendo, neste último ano, uma participação de 93,6 no setor industrial, revelando uma realidade até o momento oculta ou não desejável de ser revelada. As pequenas empresas tiveram um desempenho acanhado, com uma participação sempre caudatária dos “micros” negócios, mas a sua evolução foi significativa ao longo do período analisado, 42%, disputando, com as micros empresas, 44%, o mercado de trabalho. Por outro lado, pudemos observar, no mesmo período, que os mais baixos índices totais de rendimentos e salários encontravam-se nas micros com 10,35%, seguidos das médias, 12,7% e pequenas empresas, 15,7%.

Ao mesmo tempo, tivemos a oportunidade de contar, também, com a pesquisa sobre as identificadas empresas informais, [5], cobrindo o período de 1997-2003 (embora nos detivéssemos no ano de 2003), que demonstra de 9.477.973 empreendimentos informais, em 1997, esse número cresceu, em 2003, para 10.335.962, portanto, 9,1%, enquanto o aumento dos postos de trabalho foi de 7,7%, em relação a 1997, correspondendo a 13.860.868 milhões de pessoas ocupadas, isto é, 12,9%. Deste total, 88% trabalhavam por conta própria, sendo que, 91%, contavam apenas com seus familiares ou amigos na produção.

Do total dos que trabalhavam por conta própria, 22% receberam, em média, de R\$ 501,00 a R\$ 1.000,00, enquanto 63% dos empregadores obtiveram receita mensal acima de R\$ 2.000,00. Resultados mais desiguais ficam mais evidentes quando comparamos a receita média dos empregadores, R\$ 6.033,00, com a dos “conta própria”, R\$ 1.140,00, ganhos cinco vezes menores, evidenciando as precárias condições de trabalho. Os dados confirmam que a falta de emprego levou a que 31% dessas pessoas, particularmente homens, recorressem ao

pequeno negócio para sobreviverem, enquanto que 32% das mulheres justificaram esse trabalho como complementação de renda familiar.

A pesquisa informa, também, que dentre todas as empresas informais, 88% não possuíam constituição jurídica, correspondendo a 93% das empresas de conta própria e 56% de empregadores. Em média, 89% do conjunto não eram filiadas a sindicato ou órgão de classe, 74% não possuíam licença municipal, 90% não tinham registro de microempresas e, apenas 2% haviam aderido ao sistema de tributação SIMPLES.

A pequena produção, portanto, sempre relegada a um plano secundário ao longo da acumulação de massa, em tempos recentes, tem o reconhecimento de seu importante papel tanto na produção do capital, como na reprodução da força de trabalho. Tem o reconhecimento, também, da sua participação como “colchão amortecedor” do desemprego e instrumento de resignação ao longo de nossa história. Formas de trabalho como o doméstico, familiar, a domicílio e o informal, próprias à sua organização, até então consideradas do passado e empecilhos à modernização, são cada vez mais travestidas de um “empreendedorismo” oportuno e apropriado pelo discurso da “flexibilização”, expediente de superação dos entraves decorrentes das contradições do metabolismo societal do capital. É nesse contexto teórico-metodológico que tentaremos compreender como o trabalho doméstico, a domicílio, informal, travestido, tece a trama do espaço de moda íntima do bairro de Olaria, em Nova Friburgo.

REFERÊNCIAS

- 1 -DRUCK, Maria da Graça.**Terceirização: (des)fordizando a fábrica: um estudo do complexo petroquímico.** São Paulo: Boitempo, Editorial, 1999.
- 2 - ANTUNES, Ricardo. **Anotações sobre o capitalismo recente e a reestruturação produtiva no Brasil.** In: ANTUNES, Ricardo e SILVA, Maria A. Moraes (orgs). O avesso do Trabalho. São Paulo: Expressão Popular, 2004, pp.13-27.
- 3 - CAIADO, Aurílio Sérgio Costa, RIBEIRO, Thiago Figueiredo Fonseca e AMORIM, Luiz Chagas. Políticas neoliberais e reestruturação produtiva. In: POCMANN, Márcio (org). **Perspectivas de desenvolvimento local com inclusão social.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2004, pp.63-146.
- 4 - **BOLETIM ESTATÍSTICO DE MICRO E PEQUENAS EMPRESAS,** Observatório Sebrae, 1º semestre 2005.
- 5 – **ECONOMIA INFORMAL URBANA,** IBGE, 2005.
- 6 – **Censo da Indústria Têxtil e de Confecções de Nova Friburgo,** Instituto de Economia da UFRJ-SEBRAE/RJ, Março de 2004.
- 7 - CACCIAMALI, Maria Cristina. **Padrão de acumulação e processo de informalidade na América Latina contemporânea: Brasil e México.** Pesquisa e Debate, SP, volume 12, n. 1(19), p.5-42, 2001.
- 8 - OLIVEIRA, Francisco de. **A economia brasileira: crítica à razão dualista.** São Paulo: Editora Brasiliense, Seleções CEBRAP 1, 1975.
- 9 – PIQUET, Rosélia. **Reestruturação do espaço regional e urbano no Brasil.** Rio de Janeiro: UFRJ/IPPUR, 1993.
- 10- ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2000.
- 11- MALAGUTI, Manoel Luiz. **Crítica à razão informal.** São Paulo: Boitempo Editorial; Vitória: EDUFES, 2000.
- 12 - MOREIRA, Ruy. A nova divisão territorial do trabalho e as tendências de configuração do espaço brasileiro. In: Limonad, Ester e Haesbaert, Rogério e Moreira, Ruy. **Brasil, Século XXI – por uma nova regionalização?** São Paulo: Max Limonad, 2004, pp.123-152.

- 13 - MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002, pp.94-156; 634-659.
- 14 - LEFEBVRE, Henri. **La production de l'espace**. Paris: Éditions Anthropos, 1986, pp.10-195.
- 15 - NAJBERG, Sheila, PUGA, Fernando Pimentel e OLIVEIRA, Paulo André de Souza. **Criação e fechamento de firmas no Brasil: Dez. 1995/Dez. 1997**. Texto para Discussão nº 79, BNDES, Rio de Janeiro, maio-2000, 39 pp.